

PÍLULAS ANTIRRACISTAS: DIÁLOGOS ENTRE FAMÍLIAS E ESCOLAS

*Elayne Pinheiro Melo**, *Jonê Carla Baião***

RESUMO

Após 21 anos da Lei n.º 10.639/2003, ainda percebemos a carência de diálogos entre famílias e escolas para avanços da temática antirracista. Neste contexto, a dissertação *Famílias e questões étnico-raciais: tecendo contribuições para uma educação antirracista* promoveu reflexões entre famílias e escolas sobre questões étnico-raciais, resultando desse diálogo um produto educacional que traz um conjunto de quatro pequenos vídeos, chamados de pílulas antirracistas, para suscitarem o debate em reunião de pais. Este texto é um recorte da dissertação sobre o processo de elaboração dos vídeos – as pílulas antirracistas. Ao final da pesquisa, percebemos que as mães, representando a família na escola, apontaram o debate antirracista como um tema ainda de difícil compreensão e eivado de dúvidas e preconceitos. As pílulas mostraram-se potentes para aproximar as famílias ao tema do antirracismo.

Palavras-chave: famílias; escola; educação antirracista; Lei n.º 10.639/2003.

* Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Ensino Fundamental I – SME/RJ. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3218-6143>. Correio eletrônico: elaynepmelo@gmail.com.

** Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Professora Titular da UERJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2885-5628>. Correio eletrônico: jonebaiiao@gmail.com.

**ANTI-RACIST PILLS:
DIALOGUE BETWEEN FAMILIES AND SCHOOLS**

ABSTRACT

After 21 years of law 10639, we still notice the lack of dialogue between families and schools to advance on the anti-racist themes. In this context, the dissertation "Families and Ethnic Racial Issues: making contributions to an Anti-racist Education" promoted reflections between families and schools about ethnic racial issues, the result of this dialogue is an educational product that brings a set of four short videos – called anti-racist pills – to raise debate at parents meeting. This text is an excerpt from the dissertation on the process of creating the videos - anti-racist pills. At the end of the research, we realized that the mothers, representing the family in the school environment highlighted the anti-racist debate as a topic that is still difficult to understand and riddled with doubts and prejudice. The pills prove to be powerful in bringing the family closer to the anti-racist theme.

Keywords: *families; school; antiracist education; Law 10.639/2003.*

**PARTÍCULAS ANTIRRACISTAS:
DIÁLOGOS ENTRE FAMILIAS Y ESCUELAS**

RESUMEN

Después de hace 21 años de la Ley n.º 10.639/2003 aún notamos escasez de un diálogo entre las familias y escuelas para los avances del tema antirracista. En este contexto la tesis "Familia y Cuestiones Étnico raciales: creando contribución para una Educación Antirracista" habrá promovido reflexiones entre familias y escuelas acerca de cuestiones étnico raciales resultando desde ese diálogo un producto para la educación que trae un conjunto de cuatro pequeños videos, que funcionan como partículas antirracistas, para resumir el debate en una reunión de padres. Este texto es parte de una tesis a cerca del proceso de los videos – las partículas antirracistas. Al final de la pesquisas se nota que las madres, representando la familia en la escuela dieron una señal de que la discusión

antirracista aún sigue como un tema de difícil comprensión y lleno de dudas y prejuicio. Las partículas se demuestran potentes para acercar las familias al tema del antirracismo.

Palabras clave: *familia; escuela; educación antirracismo; Ley n.º 10.639/2003.*

1 INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte da dissertação de mestrado da autora Elayne Melo (2004) – *Famílias e questões étnico-raciais: tecendo contribuições para uma educação antirracista* –, orientada pela segunda autora, Jonê Baião. Escrito a quatro mãos, é um texto que traz ora a primeira pessoa do singular, na experiência da sala de aula da professora Elayne, ora está na primeira pessoa do plural, no diálogo entre orientanda e orientadora.

Trazemos aqui uma reflexão sobre as famílias e a relação com a escola. Em especial, pensamos como essa relação se dá para temas sensíveis para a sociedade atual, como o tema de racismo. Apresentamos neste artigo, em particular, um recorte do produto educacional que foi resultado da pesquisa de Dissertação de Mestrado que foi elaborada a partir de entrevistas às famílias; nessas entrevistas foi sugerido que o tema de racismo fosse mais bem debatido em reunião de pais. Foram elaborados quatro pequenos vídeos para suscitar o debate na escola, em reuniões com as famílias. São vídeos que problematizam a temática racial com questões como estas: a) os lápis cor de pele que circulam em tarefas escolares (Título: Lápis cor de pele?); b) o debate sobre autodeclaração e o impacto em políticas públicas, como as ações afirmativas de cotas (Título: Autodeclaração: o que eu sou?); c) o debate sobre o continente africano e sua diversidade, desmistificando uma “única” África (Título: O que você sabe sobre África?); d) um debate sobre estereótipos e preconceitos sobre a cor/raça e o racismo propriamente dito (Título: Vamos refletir sobre estereótipos?).

Começamos o artigo por um debate sobre “famílias” e infância, seguimos debatendo a relação entre famílias e escolas, e, por último, nessa seção inicial, apresentamos a relação do debate antirracista entre família e escola. No item 2, apresentamos os vídeos nomeados por nós como “pílulas antirracistas”, que foram o mote da pesquisa de mestrado, o processo de elaboração e a recepção pelos docentes e famílias, e, por fim, apresentamos as conclusões deste texto, que apontam para importância desse tema na atualidade para além das salas de aulas.

1.1 Famílias – no plural

Muitos estudiosos, de diferentes áreas do conhecimento, tentaram descobrir o mistério referente à origem da família, porém, até hoje, não se sabe ao certo, visto que a história é movimento, feita de rupturas e mudanças. Pensar a origem da família é nos remeter a um passado incalculável, pois os seres vivos se agrupam, se unem e criam vínculos desde o princípio da vida no nosso planeta, seja por instinto de sobrevivência, de perpetuação, seja simplesmente pela nossa dimensão social e dependente da interação com o outro para viver, desvendar e aprender no mundo. Pensar a origem e o desenvolvimento do Estado e da sociedade, a princípio, é um caminho para se pensar a “evolução” da família, pois, como construção social, compreendemos que não permanece imutável, mas sim está em constante transformação.

Diversos foram os modelos de famílias existentes ao longo da história, passando pelo progresso do estado selvagem, do estado de barbárie e até o estado de civilização e sua configuração de família patriarcal (Engels, 1984). A origem etimológica da palavra família, vem do latim *famulus*, que traduzido significa escravo doméstico. Sendo assim, família é o conjunto de escravos pertencentes e dependentes de um chefe ou senhor. Sendo esta a configuração da família greco-romana, composta pelo patriarca e pelos seus *famulus*, a esposa, os filhos, os servos e escravos (Engels, 1984, p. 61).

Quando entendemos família como construção social, compreendemos que ela se modifica com o tempo, lugar, cultura etc. Sendo assim, como dizer que essa história foi a mesma em outros lugares do mundo, em outros continentes, em outras culturas? Não temos a pretensão de questionar a relevância da obra considerada “clássica”, uma obra que é referencial teórico de praticamente todos os estudos sobre infância e família, que, assim como outras obras referenciais, são importantes para entendermos nosso contexto advindo da colonização. Mas o que trago aqui é o seguinte questionamento: como essa pode ser a história contada e perpetuada como única, como universal?!

Ao pensarmos em África e em suas diásporas, ler obras como a de Ariès se torna insuficiente para entender esses outros contextos, como o nosso contexto brasileiro, pois, para além da versão contada e conhecida, existiram e existem histórias silenciadas e não contadas. Não podemos nos deixar levar pelos “perigos de uma história única”, como aponta a autora nigeriana Chimamanda (2019), porquanto o que vemos nos livros como história “universal” pode ser facilmente lida como história do branco europeu.

Como não questionar, por exemplo, os registros em pinturas e diários de famílias do século XVI, trazidos no texto de Ariès, e ignorar a existência de outras culturas que não tinham a escrita tal como conhecemos, isto é, culturas com base na oralidade. Como não questionar os registros das primeiras escolas que começam a organizar os registros de crianças, se nem todas tinham acesso a essa escola? Como pensarmos em famílias patriarcais e ignorar a existência de culturas matriarcais? Como não questionar as mudanças na estrutura familiar devido às lutas feministas por trabalho e ignorar que as mulheres pretas, desde a constituição desse país, já trabalhavam e foram deixadas de fora dessa história/luta? A partir de então, compreendo que me debruçar por trazer um histórico eurocêntrico vai na contramão da proposta deste trabalho, que visa contar as histórias não contadas. Isso significa a necessidade de buscar autores que tratem acerca da história do povo negro, afrocentrada, seus saberes/conhecimentos.

Ao pensar em famílias no contexto do Brasil, a história das famílias esbarra com a história das mulheres negras, pois “para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (Gonzalez, 1984, p. 224). A mulher negra sempre foi desconsiderada, inclusive nas lutas feministas. Crescemos ouvindo sobre as lutas para a mulher poder trabalhar, estudar, ter direito a voto, mas até pouco tempo não me questionava “qual mulher?” A mulher negra, desde a fundação desse país, foi explorada; deixada de fora das conquistas feministas por direitos. Para entendermos a História do Brasil, precisamos retornar e resgatar a história das mulheres negras no país, afinal

[...] a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa. Cozinhou, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do eito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados. (Hahner *apud* Gonzalez, 1984, p. 120).

A mulher negra sofre intersecção das discriminações entre raça e gênero. Elas foram e são as que mais sofrem com o racismo. Foram escravizadas, exploradas, estupradas e desumanizadas. Enfrentaram e enfrentam uma carga pesada de opressão e discriminação. Isso precisa ser explanado. Então, não podemos mais nos referir à história social da família branca europeia como sendo a única, como universal.

O tema sobre famílias no século XXI está em constante mutação, havendo diversas formas de arranjos familiares e mudanças ao longo do tempo, inclusive no papel do Estado na intervenção na unidade familiar. Houve uma época em que a família correspondia a uma estrutura extensa e patriarcal. Hoje, temos as famílias nucleares, onde alguns familiares moram juntos, como avós e/ou tios, por exemplo. As monoparentais, na maioria das vezes femininas, devido ao grande índice de abandono paterno. As homoafetivas, as adotivas, e assim por diante, há infinitas outras formas e possibilidades de famílias. Segundo a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), no artigo 5.º, inciso II, família é “[...] comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”. Isto é, em meio a tantas diversidades e especificidades, todas elas têm em comum um ponto fundamental, que é o afeto. Por isso, o não uso de família no singular, pois o que existem são famílias sempre no plural. Famílias, sempre com “s”.

Não podemos romantizar, irrefletidamente, pois se faz necessário refletirmos sobre as tensões existentes entre as famílias e as questões raciais, entre o afeto e o racismo, ou “entre o amor e a cor”. Na dissertação, ao entrevistar famílias, os responsáveis pelas crianças na escola, foi preciso atentar às peculiaridades ou especificidades presentes nas relações e no contexto de famílias inter-raciais, visto que as relações de poder, que se dão por meio de hierarquias raciais, permeiam todas as relações, inclusive as familiares. Isto é, uma proximidade, intimidade e afeto que não estão isentas das complexidades do racismo, que pode, inclusive, se dar de maneiras muito perversas. Sendo assim, a família pode ser um espaço de reprodução ou de combate ao racismo.

1.2 Relação família e escola

Ao pensarmos na relação entre famílias e escola, historicamente marcada por conflitos, contradições e mudanças, podemos construir algumas reflexões. As famílias entrevistadas por nós para a pesquisa de mestrado aceitaram o convite feito pela ex-professora de suas crianças, automaticamente, querendo ou não, consciente ou não, exerceu ou ocupo a posição de representante da instituição escola. Isso nos faz questionar até que ponto as sujeitas externalizam o que de fato gostariam de dizer (o que pensam/acreditam e defendem), ou o que dizem por acharem/julgarem/acreditarem que é o que a escola e/ou a professora gostaria/quer/precisa ouvir. Afinal, sou uma agente fiscalizadora das famílias, a serviço da escola, mesmo que inconscientemente. As famílias sabem que a escola fará julgamentos, que

está ali vigilante, o que, de certa forma, faz as famílias perderem um pouco sua privacidade. Quando pensamos no que a escola faz às famílias, conseguimos entender um pouco essas tensões. A escola interfere no ritmo da família, afeta o clima, muitas vezes impõe interesses, cria inconvenientes etc. Toma o controle de parte da educação das crianças, visto que, ainda segundo Perrenoud (2021), a escola aumenta as oportunidades de triunfo na vida e dá esse veredito. É uma relação desigual. Sendo assim, seria esse “um diálogo impossível?”.

Percebemos uma tendência de incentivo e valorização da relação entre famílias e escola. Não somente nos discursos, mas também nos documentos orientadores, ou melhor, na política educacional e na sociedade como um todo. Trago o programa federal *Família e escola*, o programa do Ministério da Educação *Escola aberta* e o projeto do município do Rio de Janeiro *Diz aí, família*, como exemplo disso. Esta é uma preocupação recente, historicamente, pois,

no início do nosso século [século XX] e *a fortiori* no século XIX, a maioria das famílias não se relacionava com a escola pública, nem tinha meios para expressar ou fazer valer, enquanto grupos distintos, uma atitude crítica. As autoridades escolares preocupavam-se pouco com as suas opiniões. [...]. Assim, em geral os pais não eram admitidos na esfera escolar e as relações família-escola, tal como as preconizamos atualmente, não existiam nas cidades. (Montandon; Perrenoud, 2001, p. 13).

7

Felizmente, atualmente, há práticas e ações que estão dando certo e servindo como exemplo, numa tendência de pensar a escola com uma gestão democrática, onde as famílias e toda a comunidade escolar possam colaborar/participar. Entretanto, segundo Freire (2003, p. 125),

[...] avançamos pouco em matéria de democratização de nossa educação. Democratização a que nos entregamos inteiros. Na divisão de Educação, a da escola, a das diferentes relações que nelas se estabelecem – educadores, educandos, pais, mães, zeladores, educadores, escola, comunidade. Democratização da escola quanto a sua maneira de compreender o ato de ensinar.

Precisamos pensar no papel da escola, que é “[...] bem mais amplo do que simplesmente passar conteúdos: ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 2008). A educação é feita pelas pessoas e as relações, trocas, diálogos que acontecem, sendo um processo cuja importância todos precisam entender. Isto é, precisamos atentar às relações que estamos promovendo, colocar toda a culpa dos problemas nas famílias ou só na escola não soluciona as demandas e desafios existentes. É preciso parceria, caminhar juntos.

A autora Rosana Monteiro (2019) discute a participação da comunidade escolar em debates sensíveis para dirimir as desigualdades sociais; no caso do nosso estudo, o racismo. Diz a autora que

as contradições presentes na escola, as lutas estão perpassadas pelas relações de poder que reproduzem desigualdades de raça, etnia, gênero, classe e que colocam em questão a função social da escola. Qual o papel da escola, de sua gestão e de quem integra a comunidade escolar, em especial os profissionais da educação que nela atuam no combate a tais desigualdades? Em que pese não ser a escola a única instituição responsável por combater as desigualdades, esta certamente tem papel imprescindível. A escola precisa deixar de ser espaço de reprodução do racismo e atuar no seu combate, a partir de uma perspectiva de pedagogia antirracista e de valorização da diversidade, tal como definem as políticas curriculares de ação afirmativa. (Monteiro, 2019, p. 73).

Percebemos que ainda temos muito a trilhar para que o diálogo seja horizontal, para que possamos dialogar com as famílias das crianças das escolas públicas, especialmente das classes populares, cujo núcleo familiar é chefiado pela mulher, que sustenta a casa, tem a rede de apoio para educar a suas crias e encontra na escola de seus filhos o espaço também para sua formação.

Provavelmente nem todas as famílias terão possibilidade, disponibilidade e/ou interesse nessa parceria; porém, quanto mais as famílias assumem seu papel e se dão conta da sua importância no processo escolar, mais esse diálogo se torna possível. Segundo Perrenoud (2001), esse diálogo só acontece quando a escola assume este papel com responsabilidade, promovendo melhoria na qualidade e proporcionando às famílias o direito de participar de todo o processo educativo.

Após as escutas, percebemos que as famílias têm muito a dizer para as escolas. Porém, e a escola? Estaria a escola aberta, preparada e interessada em ouvir? Pois bem, *a priori*, responderíamos que sim; entretanto, sabemos que essa relação, historicamente, é repleta de mudanças, contradições e conflitos. Por isso, antes de findar este tópico, é necessário trazer para a discussão a importância da gestão democrática para se pensar Famílias/Escolas como Potência Antirracista. Para tal, é preciso explanar que a Gestão Democrática é princípio para o ensino público, garantida por lei, em consonância com a Constituição Federal (Art. 206, VI), com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Art.14; Art. 206, VI; e Art. 3.º, VIII) e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 53). Entretanto, também sabemos que a existência da legislação não garante a sua efetivação, pois

A gestão democrática da escola implica que as comunidades, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores, e não apenas seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (Gadotti, 1994, p. 2).

Entendemos gestão democrática como um processo contínuo, permanente, de relações horizontais, que tem a participação de toda a comunidade escolar não só nas reuniões, mas também na elaboração do projeto, na tomada de decisões, na participação da gestão escolar como um todo. Sendo assim, para que as demandas das famílias e da sociedade cheguem à escola e/ou que as demandas da escola e sociedade extrapolem os muros da escola, é necessária a possibilidade desse diálogo. Dessa forma, é preciso que haja uma gestão democrática para que possamos pensar/construir uma educação antirracista, que só é possível se pensarmos Famílias/Escola como Potência Antirracista a partir de uma gestão democrática. Afinal, como seria possível pensarmos em uma educação antirracista sem colocar também em xeque a necessidade da gestão escolar antirracista? Pois, ao compreendermos que o racismo está nas estruturas da sociedade e das instituições, inclusive da escola, entendemos que não é possível uma gestão ser de fato democrática sem pressupor que seja antirracista. Ou seja, o antirracismo questiona e reeduca a gestão, afinal, “uma escola injusta não é nem democrática e nem antirracista”.

Ainda não podemos esquecer o que está no meio dessa relação, a criança, que, segundo Perrenoud (2001), é a grande mediadora na comunicação entre as famílias e a escola. Muitas vezes esquecida ou desconsiderada, é ela que exerce a função de articuladora, árbitra e colaboradora essencial nessa relação. Isto é, a criança é uma grande potência para a melhor comunicação na relação Famílias/Escolas. Enfim, não poderíamos iniciar qualquer diálogo com/sobre famílias sem antes entendermos a importância da comunicação, parceria e compreensão mútua entre famílias e escolas em prol do desenvolvimento educacional das crianças para a qualidade do ensino e para a efetivação da democracia.

1.3 O debate antirracista na relação família-escola

Ao se iniciar qualquer discussão acerca da educação e sobre as questões étnico-raciais, vale destacar as leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 como marcos históricos para as conquistas da população negra e indígena no que toca à construção de uma escola de fato democrática, ao apontarem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na escola, visto que a instituição escola é um espaço de discursos

hegemônicos de poder e eurocentrada. A essa conquista histórica se atribui uma grande relevância, pois sabemos que

[...] a escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (Gomes, 2003, p. 77).

A Lei n.º 10.639/2003 tem sido uma importante aliada no debate antirracista no contexto educacional, seja na formação docente, seja nos currículos da educação básica e superior; porém, ainda não temos avançado o debate com a sociedade civil. Na escola de educação básica, esse debate ainda tem ficado limitado aos muros da escola, deixando de fora especialmente as Famílias.

Há poucas pesquisas que tratam da temática antirracista e a relação entre famílias-escolas. A autora Vírgina Bicudo, nos anos 1940-50, realizou importante pesquisa sobre famílias-escolas e questões raciais. A temática ainda é frágil no Brasil, mas percebemos que não houve continuidade desse debate, especialmente na atualidade (Santos, 2020).

Durante a pesquisa de mestrado, percebemos que as famílias trouxeram discursos que demonstram compreender que a questão da reprodução do racismo ultrapassa as famílias; citam a televisão, a sociedade no geral, a escola, o vizinho e assim por diante. Então, afinal, de quem é esse papel? De quem é a responsabilidade e consequentemente a culpa? Do indivíduo, da família ou da educação escolar? Afinal, como culpar o indivíduo que está alienado perante esta lógica racista perversa que nos faz rejeitar toda e qualquer característica ou cultura negra? Como manter a crença na meritocracia e pedir que ele se esforce se os direitos e oportunidades são extremamente desiguais e injustos? Como culpar a família que perpetua ideias e estereótipos racistas, porque lhe foi ensinado ou passado assim? Se é assim que vemos na TV e por todos os lados? Como culpar a educação com todas as suas demandas e problemáticas próprias? Que nunca foi vista como prioridade, que não é valorizada e é tão abandonada pelos poderes públicos?

Inicialmente precisamos entender que não se trata de achar culpados, pois, num momento de retirada de direitos e crescente onda fascista, como o que vivemos recentemente, o que nos cabe é tentarmos buscar soluções em vez de culpados. Por isso,

parece, portanto, que o trauma de pessoas Negras provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, ou seja, a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como o “Outro”, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranho(a) e incomum. Essa realidade irracional do racismo é descrita por Frantz Fanon como traumática. (Kilomba, 2019, p. 176).

Assim sendo, não podemos esquecer a quem devemos culpar, enquanto indivíduos, e centrar a luta contra a própria estrutura racista. Afinal, é o contato com “a violenta barbárie do mundo branco” que devemos enfrentar. Trata-se também de compreender que cada um pode colaborar. A partir de então, pergunto “Qual o papel da família, como as famílias podem colaborar?”.

Ao serem questionadas se sabiam sobre a obrigatoriedade que as escolas possuem em trabalhar a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, as famílias entrevistadas responderam que não. E admito ser para mim bastante impactante perceber que, apesar de a legislação ter completado 21 anos de vigência, infelizmente nenhuma das mães participantes sabiam sobre a obrigatoriedade que deve ser cumprida pela escola, pois as leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 foram construídas com muitas lutas e sem dúvida são ferramentas fortíssimas na busca por uma sociedade mais justa. Para isso, seria imprescindível sua presença concreta nos espaços escolares, já que, em sua criação, a princípio, ela não abarcasse todas as modalidades de ensino, ela foi a possibilitadora da construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Esse documento se refere a uma emenda que amplia a discussão da questão racial para os demais âmbitos. Ou seja, possibilitou a

inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior. (Brasil, 2004, p. 23).

Em seguida, questiono-me sobre o porquê de tanta surpresa de minha parte, pois sabemos que muitas escolas ainda não colocam em prática, não cumprem a realização desse trabalho no seu dia a dia. Assim como muitos professores também podem não saber dessa obrigatoriedade, como constatado por mim numa pesquisa com professores em 2019. E aí me pergunto, se nem as escolas e/ou professores sabem/fazem, como eu podia esperar que as famílias soubessem? Mas é preciso esperar, estamos vendo e acredito estar havendo

mudanças, pensando nas redes do município do Rio de Janeiro; hoje temos uma gerência de educação para as relações étnico-raciais. Penso também em quanto é importante que essas famílias estejam inseridas nessa discussão, nessa luta. Questiono-me o quanto as famílias podem contribuir para esses avanços junto à escola. Entretanto, sabemos que, após séculos de opressão, a mudança não virá de uma hora para outra, é uma mudança histórica, lenta e levará tempo. Mas novamente exponho o quanto acredito nessa relação entre famílias e escolas como Potência Antirracista.

Enfim, para findar este tópico, julgo importante registrar a importância de as famílias e as escolas poderem, juntas, dialogar, trocar experiências, refletir sobre educação e racismo; enfim, que possam construir reflexões que saiam da dimensão dos pensamentos/ideias e gerem organização e ações. Porque,

dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos re-educar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às (aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros. (Gomes, 2005, p. 49).

Temos percebido, ao longo de vinte e um anos da Lei n.º 10.639/2003, que não podemos trabalhar as questões do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana somente em sala de aula com nossas crianças, o debate precisa também ser expandido para as famílias.

2 PÍLULAS ANTIRRACISTAS: CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Após estabelecer reflexões e diálogos entre os discursos surgidos nas entrevistas com as famílias, as minhas memórias e apontamentos despertados das minhas vivências e os conceitos e saberes teóricos dos estudos étnico-raciais, é que se iniciou a construção do produto educacional. Este material foi pensado para favorecer/possibilitar a relação famílias-escola em prol de uma Educação Antirracista. Entretanto, pensar um produto educacional pós-pandemia é sem dúvida um desafio. Cada vez mais estamos sendo obrigados a estreitar laços com as tecnologias e mídias sociais para acompanhar os avanços da sociedade, visto que estamos cada vez mais sendo tomados pela sensação de que nosso tempo está mais reduzido, isto é, preenchido com muitas demandas/obrigações. Tomando como exemplo o crescente sucesso de redes sociais, aplicativos e ferramentas que utilizam vídeos curtos como forma de

disseminar informações, o produto educacional constitui-se de uma sequência de vídeos curtos, justamente por ser um formato mais acessível, dinâmico e lúdico, possibilitando reter mais a atenção das pessoas atualmente e por serem de mais fácil compartilhamento e divulgação.

Sendo assim, o produto educacional refere-se a uma série de pequenos vídeos que visam debater, resumir e ampliar as reflexões construídas na pesquisa. Servirão como disparadores para escolas/professores e famílias se sensibilizarem, trazendo alguns conceitos e incentivando a construção de reflexões acerca da relevância de uma educação para as relações étnico-raciais sob a perspectiva antirracista. Esses tipos de vídeos curtos foram nomeados por nós como “pílulas”. Possuem tempo otimizado (por volta de 1 a 2 minutos), que passa a mensagem de uma forma mais simplificada, prática e atrativa para o público. Ora tem a função de trazer dicas, lembretes e/ou reflexões, ora funcionam como provocadores de debates para algum tema/assunto específico. O intuito de construir as conversas com as famílias foi estabelecido para pensar e elaborar o produto educacional. Entretanto, muitas foram as conversas, surgiram assuntos diversos, temas variados e diria que infinitas possibilidades. Por isso, para não me perder nesse universo de possibilidades, elenquei assuntos/temas/discursos que saltaram, que se destacaram, ora por serem contraditórios e/ou representarem ideias/pensamentos diversificados presentes e convivendo na sociedade, ora por aparecerem várias vezes nos discursos de diferentes pessoas, quase como um consenso. São estes sempre relacionados a questões conceituais, acerca de estereótipos, de necessidade de resgates históricos, de valorização do corpo, das culturas e das histórias do povo negro, e acerca da relação educação/escola e racismo.

A construção da pesquisa possibilitou organizar meus pensamentos, pois, a partir de então, todas as ideias que tinha para os vídeos, que anteriormente sentia estarem soltas e/ou confusas/misturadas, agora conseguia identificá-las, encaixá-las e/ou relacioná-las dentro de algum dos temas acima. Então, antes de definir os vídeos, senti a necessidade de pensar um nome para a sequência/série de vídeos que iria construir. E logo me veio a ideia de chamar de “Pílulas Antirracistas”. Afinal, pílulas são conhecidas como esses tipos de vídeos curtos e antirracistas, pois a ideia é que contribuam para o combate ao racismo. Ainda tentando buscar mais sentido, penso nos significados das palavras encontradas em dicionários. Sendo assim, penso pílula como remédio (aquilo que cura), isto é, pílula como a substância medicamentosa, compacta, que objetiva curar doenças ou aliviar sintomas/dores. Antirracista (que é adepto ao antirracismo), isto é, que se opõe ao racismo (postura, movimento, opinião, sentimento de

oposição ao racismo). Para mim fez tanto sentido. No sentido figurado, não seria o Racismo uma ferida enorme e aberta na nossa sociedade? Não seria uma doença social histórica com muitos sintomas e de difícil cura? Enfim, partindo desses pensamentos, proponho pensarmos as “Pílulas Antirracistas” como doses compactas (vídeos curtos) de remédio (informações/conhecimentos/provocações) para curar ou combater o racismo.

Sendo assim, a sequência de vídeos “Pílulas Antirracistas”¹ é o produto educacional que resultou e foi construído a partir da dissertação supracitada. Consiste em uma sequência inicialmente de quatro vídeos de formato MP4, por se tratar de um formato amplamente aceito em diversos dispositivos e mídias. Os vídeos foram construídos no *Canva*, que é uma plataforma de *design* gráfico que permite aos usuários criarem diversos formatos de conteúdo. Está disponível *on-line* e possui versões gratuitas e pagas. As imagens utilizadas para a construção dos vídeos são as disponibilizadas na plataforma, imagens de domínio público e fotos feitas por mim, capturadas do meu cotidiano escolar, no meu dia a dia de sala de aula como professora da educação infantil. Como os vídeos foram inicialmente pensados para serem vistos em televisões ou em projeções em *datashow*, eles foram construídos horizontalmente; porém, é possível fazer a versão vertical deles também.

Sobre o processo de definição desses vídeos, confesso que foi um processo um pouco difícil. Por onde começar? Como escolher? Todos os assuntos são relevantes. Então, deparamo-nos com um grande desafio: “Como definir o assunto/tema de cada vídeo?”. Partimos do seguinte pensamento: até aqui, de tudo o que foi construído, o que pensamos a partir de tudo isso? Precisamos tentar aproveitar ao máximo as percepções e possibilidades surgidas das conversas, mas também validar/valorizar/aproveitar o que as sujeitas trouxeram como sugestões/ideias. Entretanto, decidi evocar minha essência docente e buscar na minha prática de sala de aula. Recordei-me de que, já faz alguns anos, realizo um trabalho com lápis de cor de tons de pele, apesar de parecer algo tão óbvio para mim, e um assunto tão esgotado, deparo-me com professores e crianças ainda hoje chamando o lápis salmão de “cor de pele”. Resgatei os autorretratos feitos pelas crianças da minha turma e todo o trabalho que tivemos durante o ano. Inicialmente, eu os questionei sobre a cor do lápis, e eles me retornaram com a resposta “cor de pele”, e aí eu devolvi a pergunta: “Lápis cor de pele? Mas cor da pele de quê?”. Pronto! Vou partir daí, de algo que me traz incômodo, que também apareceu nas entrevistas e que a princípio pareceu algo simples, mas que possui muita coisa por trás.

¹ Ver em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/747340>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Implica em tantos outros assuntos. E, foi assim, que defini a ideia e construí o primeiro vídeo.

A seguir algumas imagens:

Imagem 1 – Mural autorretratos



Fonte: registrado pelas autoras.

Imagem 2– Criança construindo autorretrato



Fonte: registrada pelas autoras.

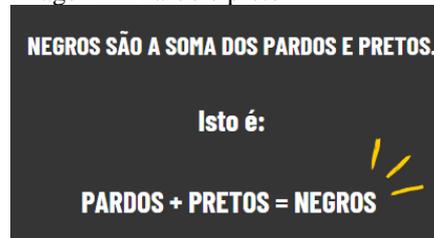
Seguindo o pensamento, recordei-me do momento em que apresentei os lápis tons de pele para eles e me deparei com muitas crianças que pegavam tons bem mais claros do que o de sua pele para se pintar. Perguntava, “Mas essa é sua cor? Procura o que é mais parecido com a sua cor, encosta no seu braço”. Algumas de fato procuravam; porém, outras apresentavam resistência em trocar. Pensei no quanto essa negação da sua cor tem relação com a resistência que adultos também apresentam quando vão se autodeclarar. Logo relatei com a grande e complexa problemática que é se autodeclarar no Brasil. E me recordei de todo o processo de me reconhecer e entender como negra e em todas as vezes que me questionam por eu ter pele clara. Geralmente pessoas que não sabem da minha história não sabem da minha vivência com o racismo. Assim sendo, também partimos de uma constatação da sala de aula, de algo que nos afeta e que também apareceu nas entrevistas realizadas com as famílias. E, então, definimos o segundo vídeo que trata sobre autodeclaração. Seguem algumas imagens:

Imagem 3 – Categorias cor/raça segundo o IBGE



Fonte: elaborada pelas autoras.

Imagem 4– Pardo e preto



Fonte: elaborada pelas autoras.

Para o terceiro vídeo, levamos um pouco mais de tempo, iniciamos vários esboços, mas foi no dia em que vi pessoas conversando sobre as regiões de Gaza e Palestina, falando

do Egito como um lugar separado da África, que decidi discutir sobre a ideia equivocada que muitos têm sobre o continente africano. Lembrei-me de ter presenciado algumas pessoas se referindo à África como um país e de todas as imagens mentais negativas, estereotipadas e generalizadas que muitos ainda possuem sobre um continente tão enorme, rico e importante. Lembrei-me também de quando eu fazia parte desse grupo de pessoas. Do quanto tenho desconstruído essas ideias a cada dia. Comecei a me questionar se eu não deveria estar trabalhando mais em sala. O quanto esse apagamento histórico persiste tão forte ainda nos dias de hoje. Assim, decidimos elaborar o terceiro vídeo, um vídeo que pudesse mostrar a África que a maioria das pessoas não conhecem. Seguem imagens:

Imagem 5 – Pintura do mapa africano



Fonte: registrada pelas autoras.

Imagem 6 – Imagens de Cabo Verde



Fonte: registrada pelas autoras.

Após este estar pronto, sentimos a necessidade de continuar um assunto que não coube nele, que é justamente a existência de estereótipos negativos, referentes a tudo o que é relacionado à população negra. Fizemos relação com outra discussão surgida na fala de todas as sujeitas entrevistadas, que é pensar e questionar esse padrão de beleza branco, nessa lógica que insiste em ditar o que é bom e belo, a partir de um padrão eurocêntrico branco de mundo. Assim, definimos e finalizamos o quarto e último vídeo. A seguir imagens:

Imagem 7 – Estereótipos brancos com pessoas negras Imagem 8 – Representações negras



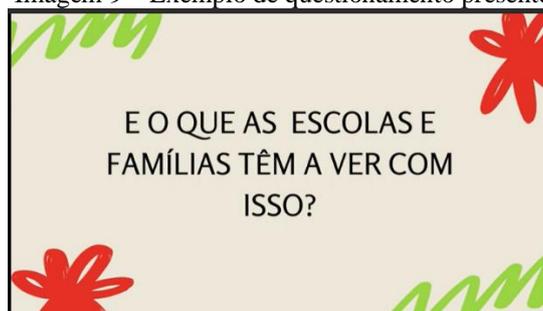
Fonte: registrada pelas autoras.



Fonte: registrada pelas autoras.

Sendo assim, os vídeos construídos foram: a) Lápis cor de pele?; b) Autodeclaração: O que eu sou? c) O que você sabe sobre África? e d) Vamos refletir sobre estereótipos? Estes trazem um discurso voltado para quem está assistindo, convidando a refletir sobre o assunto abordado. Em todos os vídeos há uma parte que direciona a discussão para as famílias e escolas com a pergunta “E o que as famílias e as escolas têm a ver com isso?”. Como o exemplo a seguir:

Imagem 9 – Exemplo de questionamento presente nos vídeos



Fonte: elaborada pelas autoras.

Este produto poderá ser usado tanto em reuniões ou formação com famílias, como também em formação continuada de professores. Isto é, pode servir como material para professores iniciarem um diálogo com as famílias ou com seus pares. Ainda podemos dizer que é inovador, pois há poucos materiais que sejam gratuitos e de fácil acesso voltados para o diálogo entre famílias e escola acerca do racismo. Possui uma linguagem acessível e está em um formato de fácil veiculação e compartilhamento.

Acerca dos limites e desafios, podemos citar a necessidade de uma gestão democrática que permita, incentive e entenda a importância do diálogo com as famílias, do combate ao racismo e do produto educacional em si. Também poderá esbarrar na falta de aparatos tecnológicos, como televisão, *datashow* e *internet*. E ainda na impossibilidade, na falta de disponibilidade ou na falta de interesse de docentes que não tenham experiência ou leituras em buscar/pesquisar e/ou se aprofundar nos assuntos para conversar com as famílias. Por fim, pode esbarrar igualmente em resistências de pessoas tomadas pela lógica da branquitude ou que não compreendam a importância de uma educação antirracista.

Acerca das potencialidades, podemos destacar que o produto apresenta demandas da escola, mas também da sociedade no geral. Discursos presentes na sociedade que já deveriam ter sido superados, mas ainda encontramos com frequência no cotidiano. Podendo também

contribuir positivamente para a disputa de narrativas, em prol do antirracismo e colaborando com o processo de letramento racial.

A construção passou por diversas etapas, precisou de entrevista, análises, reflexões e definições, busca por imagens, criação do roteiro, construção do vídeo, aplicação, análises dos retornos da aplicação por professores em reuniões com famílias. Estas geraram retornos positivos e sugestões para a melhoria do produto educacional. A partir dos retornos, também foi possível averiguar que o produto educacional poderá impactar positivamente o trabalho de docentes e de escolas quanto à efetivação da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; assim como a relação dos professores e da escola com as famílias, ajudando e servindo como um pontapé inicial para o diálogo sobre racismo e na construção de uma educação antirracista.

Findamos reiterando que as “Pílulas Antirracistas” terão continuidade no Canal no *YouTube* @píulasantirracistas. Esperamos que tenham fácil acesso para todos os que o desejarem utilizar ou compartilhar, assim como para qualquer pessoa que esteja pesquisando materiais para tratar e dialogar sobre o tema educação antirracista. Segue a imagem da *logo* construída a partir do nome do produto e a capa do canal:

18

Imagem 10 – Logo do canal do *YouTube*



Fonte: registrada pelas autoras.

Imagem 11 – *Print* da capa do canal do *YouTube*



Fonte: registrada pelas autoras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que as demandas e considerações das famílias no geral, e as “Pílulas Antirracistas” cheguem à escola, é preciso considerar o desafio de não só nos depararmos com gestões escolares ainda não tão democráticas na prática e/ou encontrar e agir nas brechas individualmente, mas também de nos organizarmos/lutarmos coletivamente.

Precisamos continuar nos apropriando e discutindo sobre os termos e conceitos, pois, em uma sociedade na qual, mesmo após 21 anos de vigência da Lei n.º 10.639/2003, muitas escolas ainda não a efetivaram, somente recentemente as famílias e a sociedade estão começando a saber desse direito. Percebemos alguns avanços, porém, reforçamos o quanto

ainda precisamos avançar. É importante explicar, pois muitas são as demandas existentes na sociedade e nos espaços escolares. É notável ainda o pouco conhecimento que temos da nossa verdadeira História e da África na escola, identificando a escola também como um espaço de reprodução de ideias racistas.

É importante afirmar igualmente que pensar uma educação antirracista é lutar contra o paradigma de Educação e Escola excludente, individualista, autoritária, racista e de relações verticais. Afinal, certamente esse modelo precisa ser repensado e transformado; segundo Paulo Freire (2001), “o Brasil foi ‘inventado’ de cabeça para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos”. Identificar a escola como um espaço para ressignificação, transformação e luta é imprescindível, assim como é urgente compreender a relação entre famílias e escola como potência antirracista.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.
- CHIMAMANDA, Ngozi A. **O perigo de uma história única**. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- EVARISTO, Conceição; DUARTE, Constância, NUNES, Isabela (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 41. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez; IPF, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática e qualidade do ensino: 1.º fórum nacional desafio da qualidade total no ensino público**. Belo Horizonte: Minascentro, 1994.
- GOMES, Nilma. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da 20.10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio, CANDAU, Vera Maria (org.).

Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.p. 67-89.

GOMES, Nilma. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação antirracista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC, 2005.p.39-62.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** São Paulo: Anpocs, 1984.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MELO, Elayne Pinheiro. **Famílias e questões étnico-raciais:** tecendo contribuições para uma educação antirracista. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino em Educação Básica) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: http://www.ppgeb.cap.uerj.br/?page_id=15. Acesso em: 30 jun. 2024.

MELO, Elayne Pinheiro. **Pílulas Antirracistas.** Rio de Janeiro: UERJ, 2024. Disponível em http://www.ppgeb.cap.uerj.br/?page_id=15. Acesso em: 4 abr. 2024

MONTANDON, C.; PERRENOUD, P. **Entre pais e professores, um diálogo impossível?** Tradução de Cristina Gomes da Silva. Oeiras: Celta, 2001.

MONTEIRO, Rosana Batista. A importância da gestão democrática para a implementação das políticas curriculares de ação afirmativa e sua relação com a formação de gestores. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v.5, n. esp., p. 71-82, set./dez. 2019.

SANTOS, Elisângela da Silva. O legado de Virginia Bicudo para a sociologia da infância no Brasil. **Cad. Pesqui.**, v. 48, n. 170, p. 48-54, out./dez. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais:** tensões entre cor e amor. Salvador: Edufba, 2018.

Recebido em: 9 maio 2024.

Aceito em: 16 ago. 2024.